

SUMÁRIO EXECUTIVO

DESIGUALDADE E POBREZA NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS: POLÍTICAS E SEUS EFEITOS SOBRE AS FAMÍLIAS

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

DESIGUALDADE E POBREZA NAS REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS: POLÍTICAS E SEUS EFEITOS SOBRE AS FAMÍLIAS

LILIA MONTALI, ELISIANE SARTORI GARCIA, MARCELO TAVARES DE LIMA, RODRIGO PEREYRA DE SOUSA COELHO, STELLA SILVA TELLES¹

¹ LILIA MONTALI: SOCIOLOGA - PESQUISADORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS (NEPP) DA UNICAMP; ELISIANE SARTORI GARCIA: ECONOMISTA - PESQUISADORA COLABORADORA DO NEPP E PROFESSORA – FATEC; MARCELO TAVARES DE LIMA: **Estatístico** - PESQUISADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNICAMP; RODRIGO PEREYRA DE SOUSA COELHO: **Economista** - PESQUISADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNICAMP; STELLA SILVA TELLES: **Estatística** - PESQUISADORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNICAMP. ESTE ARTIGO CONTOU TAMBÉM COM A COLABORAÇÃO DE FABIANA DE ANDRADE: ANTROPÓLOGA – MESTRANDA DO IFCH-UNICAMP, INTEGRANTE DA EQUIPE DO PROJETO.

INTRODUÇÃO

Este artigo traz resultados do projeto que analisou, nas Regiões Metropolitanas Brasileiras e Distrito Federal, aspectos que definem e limitam a superação da pobreza e da desigualdade de renda, tendo por referência a família². O projeto investigou quais aspectos contribuíram para a permanência da desigualdade entre grupos de domicílios, na década de 2000 – um período em que ocorre a ampliação de políticas de combate à pobreza e há uma nova etapa de crescimento econômico no país.

Diversos estudos afirmam que as políticas de transferência de renda vêm se consolidando como um importante instrumento do sistema de proteção social brasileiro³. Os dois principais programas implantados no país sob esta vertente – Benefício de Prestação Continuada e Programa Bolsa Família – têm se expandido nos últimos anos e geraram efeitos positivos sobre a pobreza e desigualdade social no país. Também os benefícios previdenciários (com o estabelecimento de um piso previdenciário de um salário mínimo associado à valorização do SM ocorrida na década) foram importantes, especialmente no tocante à prevenção da pobreza da população idosa.

As análises recentes indicam que, nos últimos anos o Brasil tirou 28 milhões de brasileiros da pobreza e levou 36 milhões para a classe média (MDS, 2011). Todavia, ainda há uma parcela significativa da população na situação de extrema pobreza. Para aprofundar o combate à extrema pobreza, ações estruturais de longo prazo devem ser complementadas com ações de curto prazo. A necessidade de se estruturar políticas de trabalho, renda, educação e saúde para a população extremamente pobre do país não pode prescindir das políticas de transferência de renda contributivas e não contributivas implementadas nas últimas duas décadas. Nem o enfraquecimento de políticas universais preconizadas na Constituição Federal.

Sob essa ótica foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria, em junho de 2011. O objetivo geral do programa é promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza, além de ampliar o acesso a serviços públicos, às ações de cidadania e de bem estar social e às oportunidades de ocupação e renda. Para tanto, o Brasil sem Miséria busca articular com estados e municípios o desenvolvimento de ações de inserção produtiva, bem como a ampliação do acesso aos serviços públicos e o aprimoramento dos programas de transferência de renda existentes.

Essa política tem por pressuposto que outros aspectos devem ser considerados para enfrentar a permanência de muitos milhões de brasileiros em situação de grave vulnerabilidade social, pois esta evidencia que o crescimento econômico, as transfe-

2 PROJETO "DESIGUALDADE E POBREZA NAS FAMÍLIAS METROPOLITANAS: DIAGNÓSTICO E RECOMENDAÇÕES PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES." EM ANDAMENTO. CNPQ. EDITAL MCT/CNPQ/MDS-SAGI N ° 36/2010 - ESTUDOS E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME / PROCESSO 563760/2010-9. NEPP / UNICAMP. COORDENAÇÃO: LILIA MONTALI.

3 MARQUES, 2005; FONSECA; ROQUETE, 2005; KAKWANI; NERI E SON, 2006; SOARES, 2006; PAES DE BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2007; VAITSMAN; PAES-SOUSA, 2007.

rências de renda e a valorização do salário mínimo são condições necessárias mas não suficientes para afastar a miséria do quadro de urgência nacional, como se refere Fonseca, 2011. Considera, dessa forma, que parcela significativa dos que vivem na extrema pobreza enfrenta barreiras sociais para vencer a trama da miséria: inserção em territórios de baixo dinamismo econômico, qualificação formal deficiente, falta de acesso a mercados que poderiam consumir seus serviços ou produtos, e exclusão no acesso a serviços sociais básicos. Fonseca exemplifica, citando o déficit de creche que incide particularmente sobre as mulheres pobres e que limita as oportunidades de inserção principalmente para estas, referindo-se a estudo de Lavinias, 2008, que coincide com um dos aspectos tratados por este artigo.

O presente artigo apresenta aspectos identificados como importantes enquanto limitadores da superação da pobreza que se relacionam às possibilidades para a inserção no mercado de trabalho. Procura-se detalhar aspectos a serem considerados nas ações que visam a superação da pobreza e a redução da desigualdade de renda. Dois aspectos são privilegiados nesta análise: evidenciar as fragilidades dos domicílios mais vulneráveis ao empobrecimento, destacando os constrangimentos que a atual divisão sexual do trabalho impõe sobre a inserção no mercado de mulheres nas primeiras etapas do ciclo vital das famílias; e as limitações colocadas pela escolaridade à inserção ocupacional da população jovem e adulta. Analisa essa problemática nas nove Regiões Metropolitanas Brasileiras e no Distrito Federal.

Na análise dos desafios para a superação da pobreza relacionados à inserção no mercado de trabalho, este artigo está estruturado em mais quatro seções além desta introdução. Na primeira seção é apresentada uma caracterização dos territórios selecionados. A escolha das nove Regiões Metropolitanas e do Distrito Federal como áreas para esta investigação deve-se ao fato de que, por um lado, o contexto metropolitano se destaca na cena brasileira pela concentração da geração de importante parcela do PIB nacional, bem como, das atividades administrativas e, também, de atividades industriais e de serviços de ponta. Por outro lado, essas áreas que compõem o contexto metropolitano destacam-se pela renda domiciliar mais alta e por indicadores de desigualdades mais elevados que a média brasileira, mostrando-se como espaços importantes a serem privilegiados por políticas de combate à pobreza e de promoção da equidade.

Na segunda, discutem-se aspectos que ajudam a explicar a persistência da desigualdade e dos indicadores de extrema pobreza. A desigualdade e a pobreza foram investigadas por meio de dados empíricos referentes à década de 2000 produzidos pelos levantamentos anuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), processados a partir dos microdados. Esta análise seguiu duas vertentes – a análise sob a ótica da família e a análise tendo por foco a educação – visando explorar elementos que afetam as possibilidades de enfrentamento da pobreza e de redução das desigualdades. Na terceira seção, é apresentado um levantamento das políticas públicas atualmente em execução que se relacionam com a superação dos obstáculos identificados no artigo. Por fim, algumas considerações finais sobre os limites destas políticas e os desafios a serem enfrentados.

CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS E DO DISTRITO FEDERAL

No processo recente de urbanização do país ganham visibilidade as regiões metropolitanas, que constituem aglomerados urbanos compostos por vários municípios, administrativamente autônomos, mas integrados física e funcionalmente. Estas apresentam um alto grau de desenvolvimento, com expressiva importância no PIB nacional, concentração de atividades econômicas, de população, de renda e acesso a serviços públicos. Por outro lado, apresentam elevado desemprego e indicadores mais elevados de desigualdade.

Neste artigo são analisadas informações relativas ao conjunto de nove Regiões Metropolitanas Brasileiras (RMs), a saber, Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, e o Distrito Federal (DF)⁴. Embora o Brasil tenha 35 regiões metropolitanas oficialmente instituídas, apenas as nove RMs instituídas nos anos 70 e o DF são contempladas pelo desenho amostral das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios, possibilitando a análise dos microdados (IBGE, 2009).

Os territórios selecionados para esta pesquisa formam um aglomerado de 191 municípios e o DF, onde habitam quase 60 milhões de pessoas, o que corresponde a 31,1% da população brasileira. Considerando a população total dos estados onde estas RMs se localizam, o peso deste contingente é em média 43% da população dos mesmos. Entretanto, a participação destas RMs na população total de seus estados é bastante desigual, destacando-se o Distrito Federal que, por sua particularidade como unidade federativa, engloba 100% da população.

É também importante o impacto econômico destas áreas na economia nacional. Em 2008, as nove RM e o Distrito Federal totalizavam um PIB de R\$ 1,34 trilhão, representando 47% do PIB nacional daquele ano (R\$ 2,89 trilhões). Destaca-se também a importância destas áreas na economia de seus estados. Excluindo-se o caso do Distrito Federal, a RM do Rio de Janeiro é a que apresenta maior peso econômico no seu estado (66,7% do PIB estadual). Com proporções próximas a essas seguem a RM de Recife e a RM de Fortaleza, todas com um peso econômico superior a 60% do PIB de seus estados. Em São Paulo – o Estado mais rico da Federação e, também, a RM mais rica – essa proporção fica em 57%. No outro extremo estão as RMs de Belém e Belo Horizonte, ambas com peso em relação ao PIB estadual relevante, porém abaixo de 35%. Mais uma vez, as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro se destacam das demais por responderem por quase 60% do PIB do conjunto de áreas metropolitanas selecionadas.

O dinamismo econômico das regiões metropolitanas, entretanto, não se reflete diretamente em menores taxas de desemprego. Em todas as RMs observadas, a taxa de desemprego se mantém em patamares superiores ao observado nos seus respec-

161

AValiação DE
ESTRATÉGIAS
INTERSETORIAIS
PARA A PROMOÇÃO
DA SAÚDE E O
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

4 O BRASIL TEM EM 2011, 35 REGIÕES METROPOLITANAS INSTITUÍDAS OFICIALMENTE. ESTE PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO OCORREU, PRIMEIRAMENTE, EM MEADOS DOS ANOS 70, COM A DEFINIÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE NOVE ÁREAS METROPOLITANAS QUE SERÃO ANALISADAS NESTE ESTUDO. O CASO DO DISTRITO FEDERAL (DF) É PECULIAR NESTE CENÁRIO. ELE SE CONSTITUI NUM TIPO DE UNIDADE FEDERATIVA DISTINTA. É FORMADO POR DIVERSOS NÚCLEOS URBANOS QUE PERFAZEM 30 REGIÕES ADMINISTRATIVAS. ALÉM DISSO NÃO POSSUI PREFEITOS OU VEREADORES, CABENDO AO GOVERNADOR DO DF A INDICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES REGIONAIS.

tivos estados. As maiores diferenças nas taxas de desemprego entre Regiões Metropolitanas e Estados são encontradas entre aquelas da região Norte e Nordeste, com destaque para Recife e Salvador, com as taxas mais elevadas; as diferenças são menores nas regiões Sudeste e Sul, onde as taxas de desemprego das Regiões Metropolitanas superam as dos Estados em cerca de 1 ponto percentual (p.p.).

Mesmo que as Regiões Metropolitanas aqui analisadas apresentem desemprego mais elevado do que seus Estados, a renda domiciliar per capita média destas é mais alta do que aquela de regiões não metropolitanas e do país, característica observada também em relação ao valor mediano do rendimento domiciliar per capita (Tabela 1). Assim, a comparação entre a renda domiciliar per capita média do conjunto das nove Regiões Metropolitanas mais o Distrito Federal e a renda domiciliar per capita brasileira evidencia que a correspondente ao Brasil Metropolitano é 30% maior do que a renda domiciliar per capita do país. Entretanto, em três das nove RMs estudadas o valor do rendimento domiciliar per capita fica próximo ao observado para a média nacional.

As informações da Tabela 1 mostram as expressivas diferenças entre as diversas RMs no valor do rendimento domiciliar per capita médio e mediano. O Distrito Federal e as RMs do Sudeste e do Sul são as que apresentam maiores valores médios da renda domiciliar per capita, sempre acima de R\$ 1.000,00, no ano de 2009. Por outro lado, as RMs do Norte e Nordeste apresentam os menores valores, variando entre R\$ 500 e um teto de R\$ 820.

Como reflexo da renda domiciliar per capita mais elevada, as RMs apresentam menores proporções de pobres e de extremamente pobres. Como pobres entende-se, neste artigo, as famílias cuja renda domiciliar per capita seja inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo⁵; e, como extremamente pobres aquelas famílias com renda domiciliar per capita menor do que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Tabela 1 - Rendimento domiciliar per capita mediano e médio, Brasil e regiões metropolitanas, 2001-2009 (em reais)

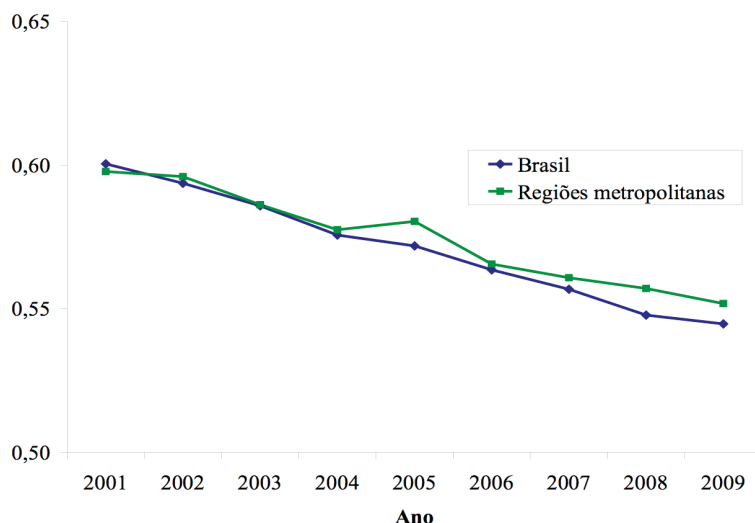
	VALOR MEDIANO			VALOR MÉDIO		
	2001	2006	2009	2001	2006	2009
BRASIL	310,0	410,2	465,0	638,4	702,7	766,1
TOTAL METROPOLITANO	430,6	474,6	675,0	881,0	930,2	995,7
RM BELÉM	258,4	312,5	351,7	531,0	573,1	599,7
RM FORTALEZA	240,4	279,3	336,6	551,4	525,0	635,0
RM RECIFE	256,2	293,0	355,0	574,1	612,8	664,7
RM SALVADOR	284,2	351,6	423,8	663,2	662,9	814,2
RM BELO HORIZONTE	370,3	468,8	539,2	730,8	890,0	1.003,9
RM RIO DE JANEIRO	473,7	524,4	572,0	938,7	1.002,9	1.105,1
RM SÃO PAULO	513,8	571,3	600,0	981,1	1.010,1	1.007,9
RM CURITIBA	461,6	527,4	663,0	918,2	931,1	1.102,1
RM PORTO ALEGRE	516,7	577,2	619,0	1.002,7	1.038,4	1.040,1
DISTRITO FEDERAL	516,7	635,8	666,7	1.222,4	1.476,4	1.678,8
TOTAL NÃO METROPOLITANO	287,1	356,3	430,0	523,0	596,5	661,1

FONTE: IBGE - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.
 EM VALORES DE 2009
 ELABORAÇÃO NEPP/UNICAMP.

A análise com base nas proporções de pobreza e de extrema pobreza, assim como já constatado para outros indicadores, explicita dois grupos de territórios bem marcados. Observa-se, de um lado, as regiões Norte e Nordeste do país com uma pobreza muito mais acentuada. Os Estados (PA, BA, CE, PE) apresentam proporção de domicílios pobres superior a 40% e de extremamente pobres acima de 15%; as RMs destes Estados contam com cerca de 25% a 35% dos domicílios na pobreza e acima de 9% na extrema pobreza. Por outro lado, observam-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste do país, que a pobreza alcança algo entre 11% e 20% dos domicílios nos Estados selecionados (MG, PR, RJ, RS, SP) e entre 11% e 15% da população das respectivas RMs e do DF; a proporção de extremamente pobres fica entre 3,5% e 4,5% dos domicílios, respectivamente nestes espaços.

Outro aspecto que diferencia as Regiões Metropolitanas brasileiras refere-se à tendência recente de queda da desigualdade de renda. É fato reconhecido que, entre 2004 e 2009, acentua-se no país a tendência de queda da desigualdade de renda. Observa-se, entretanto, no mesmo período, uma persistência nos patamares de desigualdade de renda nas regiões metropolitanas quando comparado à trajetória observada no país. Em outras palavras, a redução da desigualdade nas RMs nesse período é menor do que a ocorrida no conjunto do país (Gráfico 1). Considerando-se um período mais longo, entre 2001 e 2009, a queda do Índice de Gini no país foi da ordem de 9%, enquanto para o conjunto das Regiões Metropolitanas brasileiras a queda foi de apenas 7,6%.

Gráfico 1 – Índice de Gini para o rendimento domiciliar per capita, Brasil e regiões metropolitanas, 2001-2009



Fonte: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.
Elaboração: NEPP/UNICAMP.

As regiões metropolitanas brasileiras e o DF por serem territórios que concentram importante parcela do PIB, com maiores oportunidades de trabalho e, ao mesmo tempo, apresentando taxas de desemprego elevadas; por serem territórios com

desigualdade de renda superior à média nacional, mas com menor proporção de famílias pobres e extremamente pobres; por serem territórios muito heterogêneos, especialmente considerando uma clivagem entre Norte-Nordeste e Sul-Sudeste-DF, acumulam grandes potencialidades e desafios. Demandam, assim, análises que permitam entender como o dinamismo econômico e a desigualdade social afetam as famílias e, também, que ofereçam elementos para identificar os desafios para a superação da pobreza nesses territórios, visando subsidiar ações públicas de combate à pobreza mais adequadas às regiões metropolitanas.

OS DESAFIOS DA SUPERAÇÃO DA POBREZA E DA DESIGUALDADE RELACIONADOS À INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

As análises desenvolvidas por este projeto reafirmaram, nas RMs, a continuidade da desigualdade de renda entre domicílios com distintas configurações familiares. A desigualdade mostra que a vulnerabilidade tem maior incidência entre alguns arranjos familiares específicos. São identificados como mais vulneráveis ao empobrecimento os arranjos domiciliares nucleados pelo casal com idades de até 34 anos com filhos e/ou parentes (que correspondem à etapa de constituição no ciclo vital da família); naqueles em que o casal tem idades entre 35 e 49 anos, também com a presença de filhos e/ou parentes (etapa de consolidação do ciclo vital familiar); e nas famílias chefiadas por mulher com a presença de filhos e/ou parentes. Estes arranjos foram assim identificados em estudos anteriores de Montali (2004; 2008).

Os arranjos mais suscetíveis ao empobrecimento são caracterizados por apresentarem rendimentos familiares per capita mais baixos que os demais arranjos domiciliares e abaixo da média regional e, também, por apresentarem as mais elevadas concentrações entre os decís inferiores de renda familiar per capita. A situação desfavorável destes arranjos mais vulneráveis é expressa ainda nas taxas de geração de renda comparativamente mais baixas.

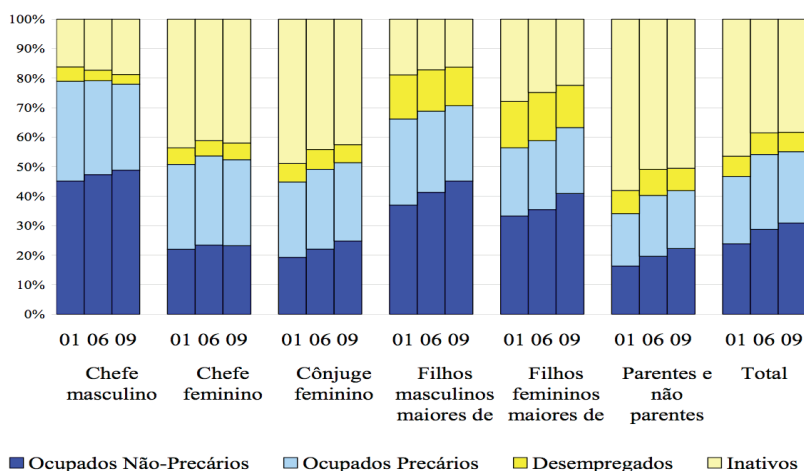
Foram identificadas superposições de fragilidades que dificultam que estes arranjos domiciliares articulem a inserção de seus componentes no mercado de trabalho de forma a superar a condição de pobreza. A superação da pobreza da maior parte desses arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento passa por três desafios: o primeiro é relacionado à sua composição desfavorável para inserção de seus componentes no mercado de trabalho marcada por elevada dependência dos adultos; o segundo, relacionado ao anterior, ou seja, à presença de crianças e adolescentes em sua composição, é associado à concepção tradicional da divisão sexual do trabalho e às limitações para inserção em empregos de qualidade vivenciadas pelas mulheres com encargos por crianças; o terceiro está relacionado ao acesso diferenciado a benefícios de transferência de renda, no caso daqueles com rendimentos menores (MONTALI, 2008). Observou-se, assim, que para estes arranjos mais vulneráveis ao empobrecimento somam-se as limitações para obtenção de renda no mercado, decorrente das características de sua força de trabalho, e, também, dos valores mais baixos dos benefícios obtidos pelos programas de transferência de renda a que têm acesso.

Como a permanência dessa desigualdade ocorre no período recente de crescimento econômico e do emprego, da renda domiciliar per capita e da ampliação da cobertura das políticas de transferência de renda na segunda metade da década de 2000 (Montali, 2008), a presente investigação procurou evidenciar os obstáculos à inserção no mercado de trabalho destas famílias, visando indicar as possibilidades de intervenção para a superação das mesmas.

Tem-se como pressuposto para a investigação que a disponibilidade para a inserção no mercado de trabalho é condicionada pelo gênero, idade, posição na família, divisão sexual do trabalho e pelas relações hierárquicas internas do grupo doméstico; e que, por outro lado a absorção é condicionada por restrições diferenciadas encontradas por seus componentes no mercado de trabalho. Dessa forma, são distintas as possibilidades de inserção no mercado dos componentes da família (Gráfico 2).

Considerando-se os componentes femininos, há também uma inserção diferenciada no mercado de trabalho de mulheres com diferentes responsabilidades nos domicílios identificadas por sua posição na família, como cônjuges, chefes monoparentais e como filhas, conforme evidenciado por Montali (2006) e Montali e Lopes (2003). Os dados recentes confirmam essa diferenciação (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição da PIA segundo situação ocupacional e condição de precariedade na ocupação por posição na família, segundo arranjo domiciliar, Regiões metropolitanas brasileiras, 2001-2009.



FONTE: IBGE – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.
ELABORAÇÃO: NEPP/UNICAMP.

As mulheres-cônjuge e as mulheres-chefes de família apresentam-se, em maiores proporções, absorvidas em trabalhos precários e na inatividade do que as mulheres com outras posições na estrutura doméstica, com destaque para as filhas maiores de 18 anos que são em maior proporção absorvidas em empregos regulamentados. Entre os componentes masculinos do domicílio, chefes e filhos maiores de 18 anos, são encontradas as proporções mais elevadas de ocupados não precários, com destaque para os primeiros⁶.

6 ANÁLISE QUE MOSTRA DIFERENCIAÇÕES POR POSIÇÃO NA FAMÍLIA E GÊNERO SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE E VÍNCULO COM O MERCADO PODE SER ENCONTRADA EM MONTALI, 2011.

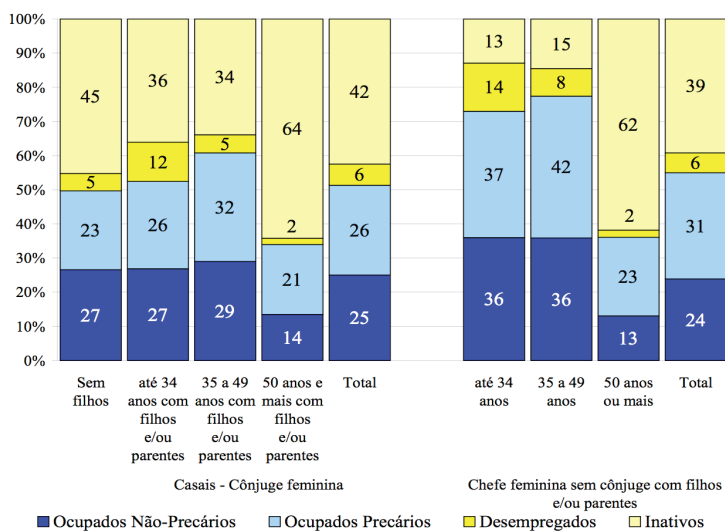
► **ASSISTÊNCIA SOCIAL E TERRITORIALIDADES**

Um dos motivos apontados pela literatura é a tradicional divisão sexual do trabalho que perpassa a família e o mercado de trabalho e mantém, para as mulheres, a atribuição do cuidado dos filhos e das atividades domésticas, enquanto destina o homem para as atividades no mercado de trabalho. Corroborando, pesquisas sobre o uso do tempo mostram que esta realidade pouco se altera no tempo (BRUSCHINI E OUTROS, 2011). Tais atribuições afetam a inserção no mercado destas mulheres, sejam elas cônjuges em domicílios nucleados pelo casal ou mulheres chefes de domicílios monoparentais. Estudos recentes, de caráter qualitativo, também respaldam a afirmação da vigência desse padrão na sociedade brasileira ao evidenciarem a permanência de atribuições e de relações de gênero mais próximas das tradicionais, através de opiniões de homens e mulheres, guardadas algumas especificidades (ARAÚJO e OUTROS, 2007; FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO e SESC, 2011).

A entrada e ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho, a partir dos anos 90, não foram acompanhadas de alterações nas atribuições pelos trabalhos domésticos entre os componentes familiares, levando a que estas acumulem ambas as atividades. Estudos diversos, entre eles de Sorj e outros (2007), mostram que em países da Europa e da América do Norte também ocorre a manutenção dessas atribuições enquanto femininas – e que poucos avanços têm sido realizados por políticas governamentais que facilitem a conciliação entre as atribuições domésticas e as atividades no mercado de trabalho, ainda que existam algumas experiências neste sentido. Em outro artigo, Sorj (2004) relaciona a ampliação, entre 2001 e 2004, do acesso a creches e a pré-escola enquanto mecanismo de facilitação da conciliação entre família e trabalho, com repercussões no aumento da participação feminina no mercado de trabalho, na renda e no aumento da jornada de trabalho. Aponta, ainda, para um impacto maior nas famílias mais pobres, coincidindo com os resultados da presente investigação.

Na ausência de políticas sociais que viabilizem a conciliação família-trabalho e na vigência no país do referido padrão de divisão sexual do trabalho, as mulheres com responsabilidades domésticas (cônjuges e chefes monoparentais), e especialmente aquelas em domicílios de menor renda são, em muitas situações, induzidas a aceitar vinculações não formalizadas, jornadas menores e ocupações intermitentes. Deve-se ressaltar que estas apresentam grande disponibilidade para o mercado de trabalho, expressas pelas elevadas taxas de participação e de ocupação (Gráfico 3). As maiores proporções de inserções precárias destas mulheres são encontradas nos arranjos domiciliares que se encontram nas etapas de constituição e consolidação da família (arranjos domiciliares em que a mulher esteja, respectivamente, nos grupos etários de até 34 anos, e entre 35 e 49 anos), sejam eles nucleados por casal ou pela chefia feminina, nos quais se concentram as maiores proporções de crianças e de adolescentes. Importante ressaltar que estes arranjos domiciliares, como mencionado acima, foram identificados como aqueles mais vulneráveis ao empobrecimento (MONTALI, 2008).

Gráfico 3- Inserção de cônjuges e chefes femininas no mercado de trabalho segundo tipologia de arranjo domiciliar, Regiões metropolitanas brasileiras, 2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
 Elaboração: Montali, L., NEPP/UNICAMP.

É relevante que seja considerada a questão da divisão sexual do trabalho ao se propor medidas e políticas que possam reduzir as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, uma vez que estas terão reflexos sobre a redução da desigualdade de renda entre domicílios com tipos de arranjos específicos como estes com maiores fragilidades para superar a pobreza.

Uma das evidências da importância de políticas de apoio no cuidado de crianças enquanto um dos mecanismos que possibilitariam maior equidade para o acesso a emprego de qualidade por mulheres com responsabilidade por crianças é encontrada na análise do acesso à educação infantil.

Verificou-se, no período 2001-2009, importante crescimento da atividade das cônjuges femininas especialmente nas idades até 34 anos e entre 35 a 49 anos, em ritmo superior ao da média metropolitana para esse componente familiar. Uma das hipóteses deste estudo é que o crescimento das taxas de ocupação e de participação de cônjuges femininas, nos grupos de idade referidos, pode estar relacionado ao crescimento na oferta de vagas para educação infantil - tanto de creches (0 a 3 anos), como de atendimento às idades de 4 a 6 anos - que, embora importante na década analisada, mostra-se ainda incipiente para as idades entre 0 e 3 anos. Em 2009, a taxa de acesso de crianças de 0 a 3 anos a creches no conjunto de regiões metropolitanas e DF é de 24% das crianças nesse grupo de idades. No caso das crianças de 4 a 6 anos a taxa de acesso é maior, atinge cerca de 80% no decorrer da década de 2000.

Caminha no sentido de reforçar esta hipótese o fato de que nas Regiões Metropolitanas e no DF o número de menores de 6 anos que frequentavam creche ou pré-escola aumentou em 346 mil crianças entre 2001 e 2009, situação que pode ter facilitado a entrada das mães ou responsáveis por estas crianças no mercado de trabalho. Paralelamente, observa-se que se elevou o número de mulheres cônjuges ou chefes de

famílias pertencentes aos dois grupos etários (aquelas com até 34 anos e, aquelas entre 35 e 39) que ingressaram no mercado de trabalho, mesmo que de forma precária. Assim, comparativamente a 2001, observou-se, em 2009, um incremento de 7,5% no total de mulheres chefes ou cônjuges que trabalhavam, resultado de quase 300 mil mulheres chefes ou cônjuges a mais no mercado de trabalho metropolitano.

Um conjunto de evidências mostra que as possibilidades de inserção em ocupações não precárias no mercado de trabalho das mulheres com responsabilidade por crianças estão relacionadas ao acesso à educação infantil, justificando a importância de políticas sociais de apoio ao cuidado de crianças. Observou-se um gradiente que varia do maior ao menor acesso das crianças menores de 3 anos a creches, correspondendo a vinculações ao mercado de trabalho através de ocupações não precárias, precárias e ao não trabalho de mulheres em arranjos domiciliares com filhos. Esse gradiente é também observado em relação ao acesso de crianças entre 4 e 6 anos, ainda que com variações de menor intensidade (Tabela 2).

O gradiente identificado é mais acentuado quando se analisam os domicílios 50% mais pobres com a presença de crianças, embora também seja observado entre aqueles domicílios acima da renda mediana.

Assim, as informações analisadas indicam que existe uma relação positiva entre o acesso a creche e a pré-escola e as possibilidades de inserção em empregos de qualidade no mercado de trabalho de mulheres-cônjuges e de chefes femininas com responsabilidade por filhos. É importante ter presente que estes achados de pesquisa referem-se à realidade das regiões metropolitanas brasileiras e que deveriam ser, também, objeto de estudo para as demais áreas específicas.

Tabela 2 - Taxa de acesso escolar de crianças por idades, segundo condição de ocupação e idade da cônjuge e da chefe feminina por tipo de arranjo domiciliar (%), Regiões metropolitanas brasileiras, 2009

		TAXAS DE ACESSO ESCOLAR (3)				
		CÔNJUGE FEMININO ARRANJOS CONJUGAIS		CHEFE FEMININO MONOPARENTAL		
		FAIXAS DE IDADE (2)		FAIXAS DE IDADE (2)		
		0 A 3	4 A 6	0 A 3	4 A 6	
50% MAIS POBRES	TRABALHO NÃO PRECÁRIO	ATÉ 34 ANOS	30,3	84,6	29,7	91,3
		35 A 49 ANOS	30,0	87,4	23,7	82,6
		TOTAL (1)	30,3	85,5	27,6	86,7
	TRABALHO PRECÁRIO	ATÉ 34 ANOS	24,3	80,0	21,3	82,5
		35 A 49 ANOS	21,0	80,5	17,2	83,2
		TOTAL (1)	22,8	80,3	20,2	82,3
	NÃO TRABALHA	ATÉ 34 ANOS	11,2	76,5	19,2	74,7
		35 A 49 ANOS	16,0	77,2	20,2	68,5
		TOTAL (1)	13,1	76,9	20,9	75,1
TOTAL	TRABALHO NÃO PRECÁRIO	ATÉ 34 ANOS	36,6	87,8	33,6	90,9
		35 A 49 ANOS	37,1	94,8	33,3	86,6
		TOTAL (1)	37,4	90,6	34,6	88,4
	TRABALHO PRECÁRIO	ATÉ 34 ANOS	26,4	80,6	22,4	83,9
		35 A 49 ANOS	26,8	85,4	17,8	86,0
		TOTAL (1)	26,1	82,6	21,2	84,3
	NÃO TRABALHA	ATÉ 34 ANOS	13,2	76,8	19,4	75,1
		35 A 49 ANOS	17,5	80,1	18,9	70,0
		TOTAL (1)	15,6	78,2	22,1	77,4

FONTE: IBGE - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.

ELABORAÇÃO: NEPP/UNICAMP.

(1) O TOTAL, PARA A CÔNJUGE, INCLUI OUTROS ARRANJOS NUCLEADOS POR CASAL. NA TABELA CONSTAM APENAS OS ARRANJOS COM CRIANÇAS MENORES DE 10 ANOS DE IDADE (FILHOS OU OUTROS PARENTES).

(2) INCLUI TODAS AS CRIANÇAS NESTAS IDADES PRESENTES NO DOMICÍLIO, SEJAM FILHOS OU OUTROS PARENTES.

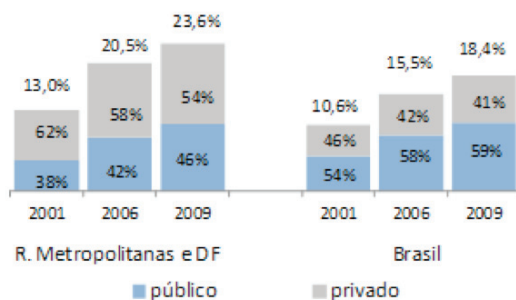
(3) TAXA DE ACESSO ESCOLAR: PROPORÇÃO DE CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA ESPECÍFICA QUE FREQUENTA CRECHE OU ESCOLA, EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CRIANÇAS NA RESPECTIVA FAIXA ETÁRIA.

Do ponto de vista do acesso à educação, são privilegiados neste artigo os grupos etários referentes às crianças menores de 3 anos e o grupo constituído pelos jovens e adultos, por serem estes os segmentos que têm maiores dificuldades no acesso à educação. Além disso, da ótica intra-familiar, são os grupos etários nos quais o baixo acesso à escolarização resulta em limitações para o desenvolvimento socioeconômico das famílias. No caso dos menores de 3 anos, além da importância para o desenvolvimento da criança, o não acesso à educação infantil ofertada pelas creches dificulta que um adulto da família, em geral a mulher responsável, contribua para a elevação da renda familiar pela via do mercado de trabalho. No caso da falta ou da dificuldade de escolarização dos adultos, as famílias com pessoas nesta situação têm menores chances de usufruir de melhores condições socioeconômicas.

Na análise do crescimento da taxa de acesso às creches entre 2001 e 2009, a qual passou de 10,6% para 18,4% no Brasil e, de 13% para 23,6% nas Regiões Metropolitanas e DF, deve-se considerar dois fatores: a expansão da oferta de vagas, que cresceu mais de 47,2%; e, também, a diminuição da pressão demográfica, refletida no declínio de 15% do total de crianças menores de três anos no Brasil. Foram atendidas, em 2009, 1,9 milhões de crianças menores de 3 anos no Brasil. Quase 700 mil crianças menores de 3 anos foram atendidas nas RMs.

Os dados da PNAD mostraram que apesar do acesso à educação infantil ser maior nas Regiões Metropolitanas do que no Brasil como um todo, é nas Regiões Metropolitanas onde a rede privada se fez mais presente (Gráfico 5), evidenciando a demanda por investimento em creches públicas.

Gráfico 4 - Proporção de crianças de até 3 anos que freqüentam creches por rede de ensino pública ou privada (%), Brasil e regiões metropolitanas. 2001-2009



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: NEPP/UNICAMP

Observa-se que a participação relativa da rede privada no atendimento às crianças de 0 a 3 anos foi diminuindo ao longo do período 2001–2009. No Brasil, em 2001, 46% das crianças eram atendidas por creches privadas. Em 2009, esta participação passou para 41%. Nas RMs, a participação da rede privada caiu de 62% para 54%, entre 2001 e 2009. Supõe-se que este fato reflete, por um lado, o incremento no número de vagas e, por outro lado, o fato de que parte da oferta de vagas de instituições públicas ou privadas não estava cadastrada como instituição

educacional no MEC e foram sendo gradualmente cadastradas. Deve-se ressaltar que a decisão de integrar as creches à área educacional ocorreu em 1996⁷, no entanto, a iniciativa municipal com relação à oferta tem estado muito aquém das necessidades da população⁸.

Uma breve análise da desigualdade no acesso às creches ao longo da década de 2000, levando em conta a razão entre o acesso de crianças do último quintil de renda domiciliar per capita e crianças do primeiro quintil, mostrou que a diferença entre as chances de crianças do primeiro quintil de renda e do último de frequentar creches permanece bastante elevada. Entretanto, entre 2001 e 2009, essa diferença, foi reduzida em 33% no país e pouco mais de 30% nas Regiões Metropolitanas e DF.

Tabela 3 - Proporção de crianças de 0 a 3 anos que freqüentam creches segundo quintis de renda domiciliar per capita, Brasil e regiões metropolitanas brasileiras, 2001 e 2009 (%)

		Q1 (A)	Q5 (B)	RAZÃO (B/A)	
BRASIL	2001	7,3	32,8	4,5] REDUÇÃO DE 33%
	2009	12,1	36,3	3,0	
REGIÕES METROPOLITANAS E DF	2001	9,1	38,0	4,2] REDUÇÃO DE 31%
	2009	15,3	43,5	2,9	

FONTE: IBGE – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.
 ELABORAÇÃO: NEPP/UNICAMP.

As evidências sugerem que as políticas devem focar sua atenção no atendimento da demanda por creches como via de reduzir disparidades e, também, de contribuir, em última instância no combate à pobreza; pois, ainda que não existam informações sistemáticas, é bastante provável que muitas famílias pobres, frente à necessidade de trabalhar, paguem por atendimento privado de creches não cadastradas como instituições educacionais, as quais não tem sua qualidade monitorada (Brasil, 2009). Discutir o acesso das crianças menores de 03 anos a creches é de fundamental importância e, está necessariamente relacionado à discussão das políticas e estratégias para atender as famílias com demandas específicas de cuidado com os filhos, para que as mulheres com filhos, e em situação de vulnerabilidade, possam cada vez mais, entrar no mercado de trabalho com maior proteção social.

Outro aspecto que é comumente referido na literatura para explicar as dificuldades de inserção no mercado de trabalho é a baixa escolaridade. Os dados desta pesquisa mostram que as mulheres jovens apresentaram-se mais escolarizadas que os homens, sobretudo entre os mais jovens com idade entre 18 e 24 anos (Tabela 4). O diferencial a favor das mulheres vai diminuindo à medida que a idade avança. Assim, em tese, pelo menos entre os jovens as mulheres teriam melhores chances de inserção ocupacional, caso esta dependesse apenas da educação formal.

7 PELA LDB (LEI DE DIRETRIZES BÁSICAS) ART. 29 E 30 – LEI 9394/96 FICOU ESTABELECIDO QUE A EDUCAÇÃO INFANTIL DEVE SER OFERECIDA EM CRECHES OU ENTIDADES EQUIVALENTES PARA AS CRIANÇAS DE ATÉ 3 ANOS DE IDADE.

8 O ENSINO INFANTIL RELATIVO ÀS CRECHES NÃO FOI CONTEMPLADO PELO FUNDEB (FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO). ESTA DIFICULDADE DE FINANCIAMENTO É O PRINCIPAL MOTIVO QUE OS MUNICÍPIOS ALEGAM PARA EXPANDIR O ACESSO ÀS CRECHES.

Tabela 4 - População maior de 18 anos por situação de escolarização e sexo. Regiões Metropolitanas e DF, 2009

	18-24 ANOS		25-29 ANOS		30 ANOS OU MAIS	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
CONCLUÍRAM A EDUCAÇÃO BÁSICA (1)	55,8	65,3	64,5	69,1	43,9	42,9
ESTUDAM COM ATRASO (2)	13,7	12,4	2,2	3,3	1,3	2,1
EVADIRAM SEM CONCLUIR A EDUCAÇÃO BÁSICA (3)	30,5	22,3	33,3	27,6	54,8	55,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	3.504.124	3.574.381	2.620.948	2.755.930	13.851.355	17.059.763

FONTE: IBGE – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.

ELABORAÇÃO: NEPP/UNICAMP.

NOTA: (1) CONCLUÍRAM E. MÉDIO OU MAIS OU, FREQUENTAM CURSO SUPERIOR.

(2) FREQUENTAM ENSINO FUNDAMENTAL OU ENSINO MÉDIO (EJA)

(3) EVADIRAM COM EM INCOMPLETO OU, COM EF COMPLETO OU INCOMPLETO.

No caso do acesso à escolarização dos jovens e adultos, há uma grande preocupação em vários países, na medida em que ela está diretamente relacionada à elevação do capital humano e à inserção no mercado de trabalho.

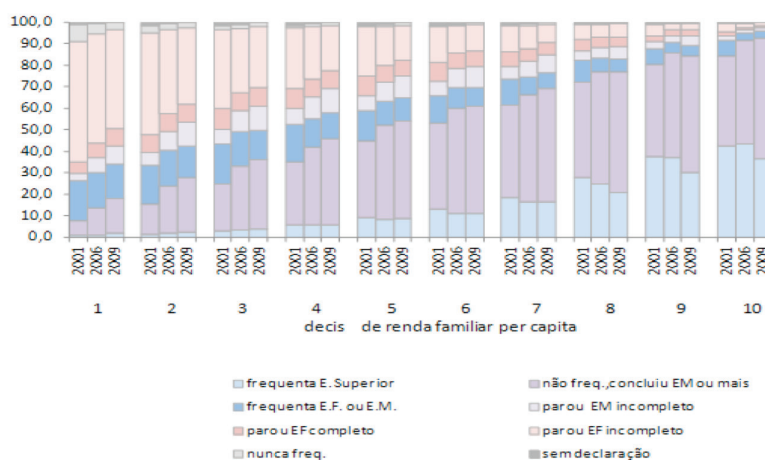
Na questão da escolaridade de jovens e adultos, é possível observar a forte associação positiva entre o nível de rendimentos das pessoas (independente do sexo) e o nível de escolaridade, relação que ocorre de maneira mais acentuada nas regiões mais vulneráveis à desigualdade social.

No Brasil e nas Regiões Metropolitanas e DF, entre 2001 e 2009, foi possível notar a evolução positiva da escolaridade dos jovens que ocorreu de forma mais acentuada para os jovens dos segmentos mais pobres, comparativamente aos jovens em melhores situações econômicas, os quais, historicamente, já vinham em melhor situação educacional. Deve-se ressaltar que os jovens pertencentes aos primeiros decis de renda domiciliar per capita foram os que apresentaram os mais baixos níveis de escolaridade, e que, no primeiro e no segundo decil de renda domiciliar per capita estão os jovens com maiores chances de não terem completado nem o Ensino Fundamental (Gráfico 5).

171

AValiação DE
ESTRATÉGIAS
INTERSETORIAIS
PARA A PROMOÇÃO
DA SAÚDE E O
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL

Gráfico 5 - Jovens de 18 a 29 anos por decis de renda familiar per capita, segundo o nível de escolarização. Brasil, 2001-2009



FONTE: IBGE – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.

ELABORAÇÃO: NEPP/UNICAMP.

Em 2009, considerando-se o total de jovens no país (cerca de 38 milhões), aproximadamente 36%, ou quase 14 milhões de jovens, não estudavam e não haviam completado a educação básica. Destes, pelo menos 8 milhões não tinham concluído o Ensino Fundamental ou nunca frequentaram uma escola. Os jovens dos segmentos mais vulneráveis, segundo critério de distribuição da renda domiciliar per capita por decis, puderam experimentar a elevação nas taxas de conclusão do Ensino Médio e/ou do ingresso no Ensino Superior, de forma mais acelerada do que os jovens de segmentos mais privilegiados, considerando que os jovens menos privilegiados já partiam de taxas de acesso a esses níveis de escolaridade bem mais baixas.

Ampliando a análise para a população adulta, assim consideradas as pessoas com mais de 18 anos constata-se que, no Brasil, em 2009, 56% das pessoas adultas não haviam completado a educação básica e não estavam estudando. Em termos absolutos, mais de 75 milhões de pessoas se encontravam nesta situação. Na medida em que se avança na idade, as proporções de pessoas sem a educação básica concluída aumentam (Tabela 5).

Nas Regiões Metropolitanas e DF, o percentual de adultos sem completar a educação básica (47,2%) é mais baixo que a média nacional. Apesar da situação mais favorável para os jovens nas Regiões Metropolitanas, nos segmentos adultos mais pobres este percentual é bastante mais elevado. Para os que contam com uma renda domiciliar per capita abaixo de ½ salário mínimo – considerados pobres segundo os critérios deste estudo -, cerca de 70% dos maiores de 18 anos não completaram a Educação Básicano ano de 2009 (Tabela 5).

Tabela 5 - Nível de ensino das pessoas maiores de 18 anos que não estavam estudando e, que não concluíram o Ensino Médio em 2009.

	NUNCA FREQUENTOU (%)	PAROU COM EF INCOMPLETO (%)	PAROU COM EF COMPLETO (%)	PAROU COM EM INCOMPLETO (%)	TOTAL SEM CONCLUIR EM (%)	TOTAL SEM CONCLUIR EM (ABS)	TOTAL DE PESSOAS NA FAIXA ETÁRIA (ABS)
BRASIL							
18-24	1,2	16,7	6,1	9,1	33,1	7.616.187	22.988.302
25-29	2,0	22,8	7,1	7,4	39,3	6.466.555	16.437.648
30+	9,9	42,8	8,0	3,9	64,6	61.549.674	95.347.122
TOTAL	7,4	35,9	7,6	5,2	56,1	75.632.416	134.773.072
RM							
18-24	0,8	10,5	5,9	9,2	26,4	1.866.124	7.079.145
25-29	1,1	14,5	7,0	7,7	30,3	1.631.368	5.378.400
30+	5,2	35,5	9,6	4,6	54,9	16.980.638	30.927.619
TOTAL	4,0	28,8	8,7	5,7	47,2	20.478.130	43.385.164
RM E RENDA DOMICILIAR PER CAPITA DE ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO							
18-24	1,6	24,9	9,5	12,6	48,7	637.035	1.307.406
25-29	2,4	35,9	10,7	12,7	61,7	603.546	978.870
30+	9,7	52,3	9,6	5,9	77,6	3.494.174	4.504.932
TOTAL	7,1	44,7	9,8	8,2	69,7	4.734.755	6.791.208

FONTE: IBGE – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.
 ELABORAÇÃO: NEPP/UNICAMP.

Estes dados sobre adultos que não completaram a educação básica são agravados quando se constata que cerca de 29% dos adultos das RM e 45% dos adultos que compõem os domicílios pobres (abaixo de meio salário mínimo) não completaram o ensino fundamental. Evidenciam a gravidade da baixa escolaridade para a inserção no mercado de trabalho metropolitano que, por suas características, exige maior qualificação da força de trabalho.

As tabelas 6 e 7 mostram as maiores restrições que o mercado de trabalho metropolitano impõe aos trabalhadores que não concluíram a educação básica. A análise da população em idade ativa (PIA) mostra, nas regiões metropolitanas e DF que, se por um lado nessas áreas, são maiores as oportunidades de trabalho através de vínculos não precários, tanto para homens como para mulheres, por outro lado, é comparativamente maior a proporção de desempregados e de inativos, expressando a exclusão que estes segmentos sem a educação básica sofrem no mercado metropolitano.

Tabela 6 – Distribuição das pessoas maiores de 18 anos que não estudam e não concluíram a educação básica, regiões metropolitanas e DF, 2009

CONDIÇÃO DE PRECARIIDADE		MASCULINO				FEMININO			
		18-29	30-49	50+	TOTAL	18-29	30-49	50+	TOTAL
OCUPADOS NÃO-PRECÁRIOS	ÁSSALARIADO	40,7	44,6	18,0	33,6	15,6	14,7	4,9	10,1
	EMPREGADOR	0,9	4,2	2,8	3,0	0,3	1,2	0,6	0,7
	SUB-TOTAL	41,6	48,8	20,7	36,6	15,9	15,8	5,5	10,9
OCUPADOS PRECÁRIOS	ÁSSALARIADO SEM REGISTRO	22,1	12,1	6,2	11,9	8,4	5,8	2,1	4,4
	AUTÔNOMO	12,0	24,5	21,1	20,6	7,0	11,8	8,7	9,6
	EMPREGADO DOMÉSTICO	0,9	1,6	1,3	1,3	13,8	24,1	9,1	15,4
	TRABALHADOR FAMILIAR	0,4	0,2	0,6	0,4	0,8	1,0	0,6	0,8
	TRAB. NÃO REMUNERADO	0,1	0,0	0,3	0,2	0,0	0,1	0,3	0,2
SUB-TOTAL	35,4	38,4	29,4	34,4	30,1	42,9	20,8	30,5	
DESEMPREGADOS		11,8	4,8	2,2	5,2	16,0	8,1	1,5	6,1
INATIVOS		11,2	8,0	47,7	23,8	37,9	33,1	72,2	52,6
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL ABS.		1.940. 114	3.945. 152	3.651. 174	9.536. 440	1.557. 378	4.124. 093	5.260. 219	1.041. 690

FONTE: IBGE – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS.
ELABORAÇÃO: NEPP/UNICAMP.

Tabela 7 - Distribuição das pessoas maiores de 18 anos que não estudam e não concluíram a educação básica. Brasil, 2009

CONDIÇÃO DE PRECARIIDADE		MASCULINO				FEMININO			
		18-29	30-49	50+	TOTAL	18-29	30-49	50+	TOTAL
OCUPADOS NÃO-PRECÁRIOS	ASSALARIADO	33,9	35,5	14,0	27,0	11,7	12,9	4,3	8,8
	EMPREGADOR	1,2	4,6	3,6	3,5	0,3	1,0	0,6	0,7
	SUB-TOTAL	35,1	40,1	17,6	30,5	12,0	13,8	5,0	9,5
OCUPADOS PRECÁRIOS	ASSALARIADO SEM REGISTRO	27,8	17,3	7,9	15,9	7,2	5,5	1,8	4,1
	AUTÔNOMO	13,4	28,0	25,9	24,1	6,2	11,8	8,3	9,3
	EMPREGADO DOMÉSTICO	0,8	1,2	0,9	1,0	12,9	19,0	6,5	12,4
	TRABALHADOR FAMILIAR	4,6	1,9	3,1	2,9	5,6	6,8	5,1	5,8
	TRAB. NÃO REMUNERADO	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2
	SUB-TOTAL	46,7	48,5	38,1	44,1	32,1	43,5	22,0	31,9
DESEMPREGADOS		8,4	3,6	1,7	3,9	11,3	5,9	1,2	4,6
INATIVOS		9,8	7,8	42,7	21,5	44,7	36,8	71,9	54,0
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL Abs.		7.836.	15.303.	14.245.	37.384.	6.246.	14.684.	17.316.	38.247.
		214	533	085	832	528	249	807	584

FONTE: IBGE – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
ELABORAÇÃO: NEPP/UNICAMP.

Para os homens, é maior a absorção em trabalhos não precários e menor a proporção em trabalhos precários, ao passo que é comparativamente maior a proporção de desempregados e de inativos (39% nestas áreas e 24,4% no Brasil); para os jovens - idades entre 18 e 29 anos - é maior a proporção de desempregados e de inativos (23% e 18%, respectivamente nas áreas metropolitanas e no Brasil). No caso das mulheres, guardadas as especificidades da absorção da PIA entre os sexos, no mercado de trabalho metropolitano é também maior a proporção destas com acesso a trabalhos não precários e menor a proporção com acesso a trabalhos precários, observando-se, por outro lado, comparativamente aos dados médios para o país, menores proporções de mulheres inativas e maiores proporções de desempregadas em todos os grupos etários; nessa comparação destacam-se as jovens com mais elevadas proporções em desemprego e menores proporções em inatividade (Tabelas 6 e 7). Este grupo etário das mulheres metropolitanas de baixa escolaridade apresenta a maior proporção de desempregados (16%), comparativamente aos demais grupos etários femininos e masculinos tanto metropolitanos, como para o total do país, expressando a dificuldade que encontram para a absorção no mercado de trabalho.

POLÍTICAS E PROGRAMAS VIGENTES RELACIONADOS À SUPERACÃO DE OBSTÁCULOS PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A comparação dos dados entre 2001 e 2009 relativos aos indicadores que ensejam a superação dos obstáculos apontados neste artigo para a inserção profissional apresentaram modesta melhoria neste período. Esta melhora pode ser atribuída a um conjunto de políticas públicas em execução por parte dos três níveis de governo.

No tocante à educação infantil, algumas iniciativas do governo federal no sentido de aumentar o acesso às creches já foram tomadas. Um exemplo é o programa ProInfância do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), o qual se constitui em uma das ações do PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação aprovado em 2007. O programa que tem como objetivo a construção de creches e escolas de educação infantil, melhoria da infraestrutura física, reestruturação e aquisição de equipamentos, prevê assistência financeira de caráter suplementar aos municípios⁹.

Até 2014, a meta do ProInfância é apoiar a construção de mais 6 mil creches no país. Este programa, porém, não contempla ações voltadas à maior dificuldade apresentada pelos municípios no tocante à educação infantil: a contratação de recursos humanos. O ensino infantil relativo às creches não foi contemplado pelo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e isto faz com que os recursos deste Fundo não possam ser utilizados na contratação e no pagamento do quadro funcional necessário.

A contratação de pessoal gera um encargo financeiro permanente para as Prefeituras, além de haver restrições decorrentes da Lei de responsabilidade fiscal com relação à proporção máxima de gastos com pessoal. Assim, sem haver um equacionamento desta questão, mesmo com recursos para a expansão do número de equipamentos físicos, haverá dificuldade para que se alcance a meta pretendida pelo FNDE.

O Governo Federal, por outro lado, por meio do programa ProInfantil apoia a capacitação dos profissionais que atuam em sala de aula da educação infantil (creches e pré-escolas). O ProInfantil é um curso em nível médio, à distância, na modalidade Normal e realizado através de parceria do MEC com estados e municípios¹⁰. Novamente, trata-se de um programa importante, mas que não enfrenta a problemática mais complexa – a contratação e manutenção dos profissionais da educação infantil, notadamente de creches.

9 ENTRE 2007 E 2008, O PROINFÂNCIA INVESTIU NA CONSTRUÇÃO DE 1.021 ESCOLAS. EM 2009, O PROGRAMA SUPEROU A META PREVISTA DE FINANCIAR A EDIFICAÇÃO DE 500 UNIDADES – O FNDE CELEBROU CONVÊNIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE 700 CRECHES. TAMBÉM EM 2009, O PROINFÂNCIA PASSOU A REPASSAR RECURSOS PARA EQUIPAR AS ESCOLAS EM FASE FINAL DE CONSTRUÇÃO. EM 2010, FORAM CELEBRADOS CONVÊNIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE 628 ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL. ALÉM DISSO, O FNDE TRANSFERIU RECURSOS PARA MOBILIAR E EQUIPAR 299 CRECHES ([HTTP://WWW.FNDE.GOV.BR/INDEX.PHP/PROGRAMAS-PROINFANCIA](http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-proinfancia)).

10 O PROINFANTIL SE DESTINA AOS PROFISSIONAIS, SEM A FORMAÇÃO ESPECÍFICA PARA O MAGISTÉRIO, QUE ATUAM NAS CRECHES E PRÉ-ESCOLAS DAS REDES PÚBLICAS (MUNICIPAIS E ESTADUAIS) E DA REDE PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS (COMUNITÁRIAS, FILANTRÓPICAS OU CONFESSIONAIS – CONVENIADAS OU NÃO).

Já com relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), observamos um aumento da importância do EJA dentro da política educacional, desde que foi criado em 2001, tanto pela sua institucionalização dentro do sistema de educação básica, como pela sua inclusão nos mecanismos de financiamento (FUNDEB). Porém, os indicadores mostraram que, em relação a seus resultados práticos, os avanços são limitados (DI PIERRO, 2010). A expansão da oferta de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) ocorreu de forma muito lenta. Uma grande dificuldade a ser vencida na EJA são as altas taxas de evasão desta forma de ensino.

A análise dos dados PNAD de 2009 mostra, que no Brasil, mais de 14 milhões de jovens com idades entre 18 e 29 estão fora da escola e não completaram a Educação Básica; dentre estes, mais de 8 milhões sequer concluíram o Ensino Fundamental. No caso das Regiões Metropolitanas e DF estes valores chegaram a quase 3,5 milhões de jovens fora da escola e sem conclusão da Educação Básica, onde mais de 1,6 milhões desses jovens necessitariam retornar à escola para terminar ao menos o Ensino Fundamental. Porém, os dados do INEP/MEC mostram que a oferta total de matrículas na EJA em 2009, no Brasil, foi ligeiramente superior a 4 milhões. A tendência no período de 2001 a 2009 foi de crescimento no volume das matrículas até o ano de 2006. De 2007 até os dias atuais o volume de matrículas na EJA, tanto do Ensino Fundamental, quanto do Ensino Médio vem caindo e ficou muito aquém da demanda.

Porém, além da ampliação do número de vagas o desafio de educação de jovens e adultos é atrair e manter este corpo de alunos. Este desafio é consideravelmente maior do que em outras modalidades de ensino, na medida em que este público-alvo já interrompeu seus estudos (pelos mais variados motivos), já está em grande parte inserido no mercado de trabalho e, em muitos casos, já constituiu família. Assim, é necessário pensar em estratégias de adesão deste público à volta aos estudos.

A complexidade das necessidades desta população para retomar os estudos evidencia o descompasso da EJA para atendê-las, como explicitado no texto abaixo, apresentado no site da organização Ação Educativa¹¹:

É essencial que se faça uma escola para jovens e adultos cada vez mais desvinculada do ensino regular, com horários e formatos bastante flexíveis. Também não haverá crescimento da EJA enquanto não se constituir uma política intersetorial efetiva, pois grande parte do público da EJA se compõe de pessoas de baixa renda que precisam ter outras condições garantidas para poder voltar para a escola: creche para os filhos, atendimento de saúde, transporte, enfim, é preciso que as condições sociais desse sujeito sejam satisfatórias para que ele possa encontrar espaço para frequentar uma escola. Também sabemos que é necessário existirem professores com formação e carreira específica. (Ação Educativa. Acesso: 08-10-2011)

Assim, a EJA deve ser pensada de forma a incluir em sua operacionalização e execução as particularidades dos segmentos populacionais que a demandam, para

11 <http://www.viveraprender.org.br/2011/01/censo-escolar-revela-nova-queda-nas-matriculas-da-eja-em-2010-ms-e-sp-registram-os-maiores-descensos/> DE 7 DE JANEIRO DE 2011. ACESSO: 08-10-2011.

que de fato se constitua em um direito à educação e represente um salto educacional legítimo para além da alfabetização.

Um exemplo de tentativa de observar estas particularidades pode ser encontrada no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), voltado para a faixa etária entre 15 e 29 anos. O ProJovem divide-se em quatro modalidades, e tem por objetivo em todas as modalidades estimular a permanência e/ou o retorno (quando for o caso) à escola, além de objetivos setoriais, ligados à área social a que cada modalidade se liga. Como estímulo para os jovens, a elevação da escolaridade é aliada à qualificação profissional do público-alvo¹².

No âmbito do programa, as duas modalidades: o Projovem Urbano e o Projovem Campo, que se propõe além da conclusão da educação básica, fornecer qualificação profissional com certificação, juntas atenderam pouco mais de 660 mil jovens entre 2008 e 2010. Assim, tendo em vista que em 2009 mais de 8 milhões de jovens não estudavam e não haviam concluído nem o Ensino Fundamental, os esforços do governo com a oferta destes programas ainda estão longe de ser suficientes frente ao tamanho do desafio.

Algumas medidas buscam além do aumento da escolarização, incentivar a inserção profissional dos adultos. A proposta contida no Plano Brasil Sem Miséria de qualificar 1,7 milhão de pessoas entre 18 e 65 anos de idade, envolve ações articuladas de diversos programas e ações governamentais, entre eles: o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda; o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec); o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e obras do Programa Minha Casa, Minha Vida¹³. Esta articulação intergovernamental será propiciada pela existência de um conjunto de ações de âmbito estadual e municipal.

Atualmente a oferta de cursos de qualificação profissional ainda se encontra muito aquém da demanda e, isto limita a capacidade desta iniciativa em alterar o atual quadro de acesso ao trabalho de qualidade. Além deste fato, considera-se que a baixa escolaridade das pessoas limita o acesso a cursos mais avançados, freando assim as chances de melhores colocações no mercado e, reduzindo desta forma as chances de mobilidade social.

Considerando-se a área de educação, o Plano Brasil sem Miséria, que tem entre seus eixos a facilitação do Acesso a Serviços Públicos, privilegia dois serviços: o Brasil Alfabetizado e o Mais Educação.

12 AS MODALIDADES DO PROJOVEM SÃO: URBANO (A CARGO DA SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE), CAMPO (DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO), TRABALHADOR (LIGADO AO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO) E O ADOLESCENTE (LIGADO AO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME). VER: (WWW.PROJOVEM.GOV.BR)

13 VALE RESSALTAR, QUE A PARTIR DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2011, O GOVERNO FEDERAL INICIOU UM PROCESSO DE ASSINATURAS DO TERMO DE PACTUAÇÃO DO PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA COM VÁRIAS REGIÕES DO PAÍS – SUL, NORDESTE, SUDESTE, ETC -, QUE OBJETIVA UMA COOPERAÇÃO ENTRE GOVERNO FEDERAL E ESTADOS A PARTIR DA LIBERALIZAÇÃO DE VERBAS PARA O ATINGIMENTO DE MILHÕES DE BRASILEIROS(AS) POR MEIO DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, INCLUSÃO PRODUTIVA E ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, SANEAMENTO E ENERGIA ELÉTRICA (MDS. 2011). CONCOMITANTE A ESTE PROCESSO E DIRECIONADO ÀS FAMÍLIAS QUE VIVEM EM EXTREMA POBREZA, NA ÁREA RURAL SERÁ DESENVOLVIDO O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA VERDE.

O primeiro (Brasil Alfabetizado) busca promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. As ações do programa visam apoiar técnica e financeiramente os projetos de alfabetização de jovens, adultos e idosos apresentados pelos Estados, Municípios e Distrito Federal. Já o Programa Mais Educação tem como objetivo o aumento do tempo de permanência dos alunos nas escolas públicas, do ensino fundamental e médio, por meio de atividades optativas nas áreas de meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação científica e educação econômica.

Os dois programas da área da educação citados no Plano Brasil sem Miséria tratam de questões importantes relacionadas a esta para a superação da pobreza e da desigualdade. Entretanto, merece destaque o fato de que não há no Plano nenhum programa direcionado à superação dos obstáculos para a inserção no mercado de trabalho relacionados à educação identificados neste artigo, quais sejam, por um lado a dificuldade de acesso à educação infantil, especialmente a creches, que viabilizam o acesso ao trabalho e a empregos de melhor qualidade para adultos com responsabilidade por crianças, dentre estes, destacando-se as mulheres – propiciando a estas maior equidade no acesso ao mercado de trabalho -; e, por outro as barreiras encontradas pelo grande contingente de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental, mas que não são analfabetos e que, assim, tem suas chances de inserção profissional reduzidas.

Na questão da inserção profissional, verificou-se através de levantamento realizado pelo projeto que embasa este artigo (MONTALI, 2012), que os municípios e unidades da federação que sediam as regiões metropolitanas analisadas priorizam em suas ações para o combate à pobreza e de proteção social, programas voltados para o acesso ao trabalho, além de outros programas e ações relacionadas à transferência de renda, cidadania, à habitação de qualidade e à segurança alimentar. Muitos dos programas de iniciativa municipal têm como público-alvo os beneficiários do Programa Bolsa Família, mostrando como os municípios articulam seus programas pautando-se pela iniciativa federal.

Considerando-se os programas de inserção produtiva identificados nos municípios das regiões metropolitanas, as Oficinas de Capacitação Profissional e de Geração de Renda são as predominantes, tanto de natureza estadual quanto de natureza municipal, evidenciando o esforço em investir na qualificação da mão de obra como combate ao desemprego (Quadro 1). O fomento a estas oficinas pelos níveis municipais e estaduais sugere que há uma articulação entre as esferas de governo na oferta destes cursos ¹⁴. Ações de apoio à economia solidária também são desenvolvidas, mas sem evidências de cooperação entre estados e municípios; observou-se que nas regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba há programas estaduais e nas regiões metropolitanas de Fortaleza, São Paulo e Porto Alegre, os programas são municipais. Observa-se ainda, nas regiões metropolitanas, que a oferta de programas voltados para a inserção produtiva de natureza municipal é mais ampla do que a oferta de programas estaduais.

14

NOTE-SE QUE NÃO FORAM OBTIDAS INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS ESTADUAIS DE INSERÇÃO PRODUTIVA PARA RECIFE E RIO DE JANEIRO.

QUADRO 1 – Programas estaduais e municipais de inserção produtiva presentes nas RMs selecionadas e no DF, 2011.

REGIÕES METROPOLITANAS	PROGRAMAS ESTADUAIS DE INSERÇÃO PRODUTIVA				PROGRAMAS MUNICIPAIS DE INSERÇÃO PRODUTIVA				
	BALCÃO DE EMPREGOS	APOIO TÉCNICO OU FINANCEIRO A MICRO E PEQUENOS EMPREENDEDORES	OFICINAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E GERAÇÃO DE RENDA	INCLUSÃO PRO DUTIVA	AÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	BALCÃO DE EMPREGOS	OFICINAS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E GERAÇÃO DE RENDA	INCLUSÃO PRODUTIVA	AÇÕES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
BELÉM									
FORTALEZA									
RECIFE	-	-	-	-	-				
SALVADOR									
BELO HORIZONTE									
RIO DE JANEIRO	-	-	-	-	--				
SÃO PAULO									
CURITIBA									
PORTO ALEGRE									
DISTRITO FEDERAL									

FONTE: SITES OFICIAIS DOS MUNICÍPIOS E DOS ESTADOS.

ELABORAÇÃO: NEPP/UNICAMP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de pesquisa identificaram gargalos para o êxito das atuais políticas de combate à pobreza relacionados às possibilidades de acesso ao mercado de trabalho e de geração de renda. Um deles está relacionado à elevada proporção da população adulta metropolitana sem concluir a educação básica (47% - 20.500.000 adultos e jovens), dos quais a metade não concluiu o ensino fundamental, limitando seu acesso a emprego e a remuneração que lhes permita superar a pobreza em um contexto que exige, cada vez mais, qualificação para o trabalho. O outro está relacionado aos limites para a inserção em empregos de qualidade para mulheres com responsabilidade por crianças, levando-as a se inserir em ocupações precárias e instáveis, em decorrência de atribuições na família relacionadas ao gênero e aos papéis familiares e resistências no mercado, que evidenciam a divisão sexual do trabalho tradicional. Estes constrangimentos, que afetam com maior intensidade as mulheres de domicílios com rendimentos menores, limitam o acesso a emprego de qualidade e a remuneração que lhes permitam superar a pobreza.

Estes gargalos devem ser enfrentados através de políticas sociais universais, especialmente, relacionadas ao sistema educacional (educação infantil e educação de jovens e adultos) e políticas que promovam a equidade de gênero no mercado de trabalho.

Algumas questões levantadas deveriam ser consideradas também por gestores, em todos os níveis de governo, nos momentos de avaliação e reordenamento de suas ações públicas.

É relevante que seja considerada a questão da divisão sexual do trabalho que perpassa a família e o mercado de trabalho. Os resultados da investigação apontam para a necessidade de implementar políticas que promovam a equidade de gênero para inserção no mercado de trabalho visando as mulheres com encargos por crianças e que possibilitem elevar a renda domiciliar. Nesse sentido, as recomendações são de duas naturezas: por um lado, incentivar programas voltados para a qualificação e a elevação da escolaridade dos adultos, bem como de intermediação com o mercado de trabalho; por outro lado, ampliar e aperfeiçoar o apoio no cuidado de crianças através do aumento da oferta de ensino em tempo integral e ampliação de vagas em creches públicas e outros incentivos. O apoio no cuidado de crianças contribuiria para liberar homens e mulheres com encargos por crianças para inserção no mercado de trabalho, viabilizando a conciliação do trabalho com as responsabilidades familiares. Este apoio no cuidado de crianças é relevante, especialmente para as mulheres, pois possibilitaria a estas a inserção no mercado de trabalho através de vinculações não precárias, com jornadas de mais horas e sem descontinuidades no tempo. Tais formas de vinculação ao mercado lhes possibilitariam melhores rendimentos, contribuindo para a superação da pobreza nos domicílios mais vulneráveis ao empobrecimento, os quais concentram a maior parcela de crianças e adolescentes como constatado no estudo que fundamenta este artigo (MONTALI , 2012).

O desafio para a política de Educação Infantil reside, sobretudo, na inclusão das crianças nas creches através da ampliação de vagas. De acordo com os dados da Pnad 2009 e tendo em conta a meta estabelecida no PNE de atingir metade das

crianças de 0-3 anos, seriam necessárias no Brasil mais de 3,3 milhões de vagas, sendo que quase 800 mil delas nas Regiões Metropolitanas e DF. Em termos do número de vagas já ofertadas no Brasil, para cumprir a meta do PNE, o volume teria que ser 1,7 vezes maior do que o volume ofertado em 2009, o que significa quase triplicar o volume atual ofertado. No caso das Regiões Metropolitanas e DF, o volume teria que ser 1,12 vezes maior do que o atual, ou seja, mais do que dobrar o volume atual.

A oferta do ensino infantil para as crianças menores depende, por outro lado no momento atual, de investimentos em recursos humanos e infra-estrutura. Isto significa priorizar a qualificação e capacitação dos professores e de profissionais de Educação Infantil. O desafio que fica é atender tecnicamente os municípios para poder ofertar um serviço de qualidade.

Outro desafio colocado é relativo à educação de jovens e adultos e reside na necessidade de se aumentar o número de vagas na EJA (Educação de Jovens e Adultos) para atender aqueles que não concluíram a educação básica, concomitantemente com a criação de condições que garantam maior adesão destes à escola. Isto necessariamente implica em estabelecer políticas intersetoriais que atuem de forma efetiva no sentido de dar condições sociais satisfatórias para o retorno à escola dos alunos evadidos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.

Deve-se atentar, porém, para o desafio de fortalecer as políticas universais (como educação), mas mantendo um olhar para públicos com perfis específicos, como os mais vulneráveis ao empobrecimento. Consequentemente, o desafio passa pela articulação de políticas setoriais e intersetoriais para ajustar as políticas universalizantes de forma a atingir os segmentos populacionais mais impactados pela desigualdade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (Org) – Novas conciliações e antigas tensões? Gênero, família e trabalho em perspectiva comparada. Bauru: EDUSC, 2007.

BARROS, Ricardo Paes de, FOGUEL, Miguel N. e ULYSSEA, Gabriel (orgs). Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. 2 volumes. Brasília: IPEA, 2007.

BICHIR, R. M. O Bolsa Família na Berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. *Novos Estudos* v. 87. Julho 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Política de educação infantil no Brasil: Relatório de avaliação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB; Unesco, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=859>. Acesso em: 04-07-2011

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; MERCADO, C. M.; RICOLDI, Arlene. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (Orgs.). In: *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010* / Rio de Janeiro: CEPIA ; Brasília: ONU Mulheres, 2011. Pp: 142-177. Acesso em 01/02/2012.

DI PIERRO, M. C. . A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas. *Educação & Sociedade* (Impresso), Campinas, 2010 v. 31. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/es/v31n112/15.pdf>. Acesso em: 15-12-2011.

FONSECA, A.M. Estratégia de Erradicação da Extrema Pobreza. Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (SESEP\MDS). Brasília, março de 2011.

FONSECA, A. M.; ROQUETE, C. Proteção social e programa de transferência de renda: o Bolsa Família. *Proteção Social: dilemas e desafios*. São Paulo: Editora Hucitec, 2005.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO; SESC, 2011. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br>. Acesso em 29/05/2011.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Notas Metodológicas da Pesquisa Básica. 2009.

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. O crescimento pró-pobre: o paradoxo brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LAVINAS, Lena. Nicoll, Marcelo e Lourenço Filho, Roberto (colaboradores). *A Pobreza Urbana no Brasil: trade off entre investimentos sociais e transferência de renda*. Rela-

tório Final, RJ: 2008. Apud: FONSECA, A.M., 2011.

MDS. Caderno do Plano Brasil sem Miséria. MDS: Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br>

MARQUES, Rosa Maria. A importância do Bolsa Família nos municípios brasileiros. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em debate. Brasília: MDS, 2005.

MONTALI, L. (coord.) Relatório Final do Projeto Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: diagnóstico e recomendações para a redução das desigualdades.

CNPq. Edital MCT/CNPq/MDS-SAGI n.º 36/2010 - Processo 563760/2010-9. NEPP / UNICAMP. 2012.

_____. Padrões familiares de inserção no período de recuperação da economia nos anos 2000: homens e mulheres no mercado de trabalho. Bahia Análise & Dados. abril-junho.2011.

_____. "Desigualdade e pobreza nas famílias metropolitanas: redução ou reprodução? In: SANCHES, Eramis B., ALVES, José Eustaquio D. (Orgs.): Serie Investigaciones N.º 3 - Pobreza y Vulnerabilidad Social: Enfoques y Perspectivas. ALAP Editor. Córdoba, Argentina, 2008. Disponível em: <http://www.alapop.org>.

_____. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e desemprego. ABEP. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 23, n. 2, jul/dez. 2006.

MONTALI, L.; TAVARES, M.. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 25, p. 211-231, jul/dez 2008.

MONTALI, L.; LOPES, G. Relações familiares e trabalho feminino na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90. Caderno CRH, CRH-UFBA, v. 1, n. 38, 2003.

SOARES, S. Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004. IPEA. Texto para Discussão n.º1166. Rio de Janeiro, 2006.

SORJ, B. Reconciling work and family; issues and policies in Brazil. Geneva: International Labour Office, 2004. Apud: SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C., 2007.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p. 573-594, set/dez. 2007.

VAITSMAN, Jeni e PAES-SOUZA, Rômulo. Avaliação de políticas e programas do MDS – resultados: Bolsa Família e Assistência Social. Brasília: MDS/SAGI, 2007. VERSÃO REVISTA EM ABRIL/2012